

A DISPUTA SOBRE O NOME DA MACEDÔNIA:
A OPOSIÇÃO DA GRÉCIA AO RECONHECIMENTO DO NOME CON-
STITUCIONAL DA REPÚBLICA
DA MACEDÔNIA *
THE DISPUTE OVER THE NAME MACEDONIA: GREECE'S OPPOSI-
TION TO THE RECOGNITION
OF THE CONSTITUTIONAL NAME OF REPUBLIC
OF MACEDONIA

JOSUÉ SCHEER DREBES **

*"If you wish to be good neighbor, you should understand the way
of thinking of the other side."*
(Matthew Nimetz)

Resumo

O presente artigo visa a analisar o conflito entre a Grécia e a República da Macedônia causado por divergências entre as duas nações pelo uso do termo "Macedônia". O diferendo envolvendo o nome iniciou em 1991, quando a República proclamou sua independência da então Iugoslávia. Desde então, a Grécia desconfia que o novo País tenha ambições territoriais sobre sua província setentrional de mesmo nome. Em 1993, a Macedônia foi admitida nas Nações Unidas sob a referência provisória de "Antiga República Iugoslava da Macedônia"

Abstract

This article aims to analyze the conflict between Greece and the Republic of Macedonia caused by differences between the two nations to use the term "Macedonia". The dispute involving the name began in 1991 when the Republic proclaimed its independence from the then Yugoslavia. Since then, Greece suspects that the new country has territorial ambitions on its northern province of the same name. In 1993, Macedonia was admitted to the United Nations under the provisional reference "Former Yugoslav Republic of Macedonia" (FYRON

* Artigo recebido em 15-06-2012 e aprovado em 23-08-2012.

** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Advogado. Endereço eletrônico: scheer.adv@gmail.com

(ARIM por sua sigla em português). Na atualidade, em que pese a Corte Internacional de Justiça decidir que a Grécia errou ao impedir o acesso da Macedônia à Organização do Tratado do Atlântico Norte em 2008, a questão da nomenclatura ainda prejudica sua candidatura para aderir à Aliança Atlântica e à União Europeia.

Palavras-chave

Antiga República Iugoslava da Macedônia – ARIM – República da Macedônia – Grécia – Iugoslávia – Reino da Macedônia – Direito à autodeterminação dos povos – Direito à autoidentificação – Reconhecimento de Estado.

for its acronym in English). In the present time, where it weighs the International Court of Justice to decide that Greece wrong to prevent access of the Macedonia to the North Atlantic Treaty Organization in 2008, the question of nomenclature still affect its application to join the Atlantic Alliance and the European Union too.

Keywords

Former Yugoslav Republic of Macedonia – FYROM – Republic of Macedonia – Greece – Yugoslavia – Kingdom of Macedonia – Right to self-determination of peoples – Right to self-identification – Recognition of State.

Sumário

Introdução – 1. Contexto histórico – 2. Dimensões do conflito – 2.1. A admissão da Macedônia nas Nações Unidas – 2.2. O acordo provisório – 2.3. As negociações sobre a questão da nomenclatura – 2.4. A Cúpula de Bucareste 2008: o bloqueio à entrada da Macedônia na OTAN – 2.5. A Corte Internacional de Justiça: a aplicação do Acordo Provisório de 13 de setembro de 1995 – 3. Argumentação das partes – 3.1. Posição grega – 3.1.1. Preocupação histórica – 3.1.2. Preocupação territorial – 3.1.3. Autodeterminação – 3.1.4. Confusão semiológica – 3.2. Posição eslavo-macedônia – 3.2.1. Autodeterminação e autoidentificação – 3.2.2. Perspectiva histórica – Conclusão – Referências



Mapa da região do conflito entre Grécia e República da Macedônia, adaptado de <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/1737425.stm>, 2013.¹

Introdução

O presente estudo visa a analisar o conflito entre a Grécia e a República da Macedônia causado por divergências entre as duas nações pelo uso do termo “Macedônia”.

Após a dissolução da Iugoslávia em 1991, o nome da Macedônia tornou-se objeto de uma disputa acirrada entre a república recém-proclamada e seu vizinho. O fato é que a Macedônia faz fronteira, ao sul, com a província grega de mesmo nome e, por esta razão, a Grécia levantou a questão de possíveis aspirações territoriais e também preocupações históricas sobre a associação do novo Estado à história da região helênica.

A República da Macedônia se apresenta como pátria legítima da nação macedônica e verdadeira continuadora da herança de Filipe II e Alexandre Magno com língua própria eslava. No entanto, a política de identidade do País é complicada pelo fato de 25% da população ser composta por albaneses étnicos.

As Nações Unidas adotaram a referência provisória de “Antiga República Iugoslava da Macedônia” (FYROM, por sua sigla em inglês de *Former Yugoslav Republic of Macedonia*), quando o Estado foi aceito como membro da organização em 1993.

1 – Mapa da região do conflito entre Grécia e República da Macedônia. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/1737425.stm>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

Esta disputa intensificou-se ao ponto de necessitar de mediação internacional por parte da Organização das Nações Unidas. Ditas negociações se intensificaram a partir das propostas apresentadas pelo Representante Especial das Nações Unidas Matthew Nimetz, porém, até o momento, não houve progresso no plano fático.

As aspirações da Macedônia de aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia (UE) sob seu nome constitucional causaram polêmica nos últimos anos. Em 2008, durante a Cúpula de Bucareste, a Grécia bloqueou o acesso da República à Aliança Atlântica. Isso levou Skopje a apresentar reclamação perante o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) que, em meados de 2011, julgou que Atenas, ao praticar este ato, violou o Acordo Provisório firmado em 1995. Instada a se manifestar, a OTAN informou que não iria convidar a Macedônia a ingressar em seus quadros até que a questão do nome estivesse definitivamente solucionada. De outra banda, o futuro da Macedônia na UE continua incerto, uma vez que Estados-Membros do Conselho Europeu deixaram claro que esse problema não será importado para o bloco.

De modo geral, as preocupações gregas relacionam-se a fatores históricos, territoriais, de autodeterminação e semiológicos. Já a posição eslavo-macedônia se concentra no seu direito à autodeterminação, autoidentificação e a uma perspectiva histórica diversa da defendida pelo País vizinho.

1. Contexto histórico

Na antiguidade, entre 499 a. C. e 336 a. C., a maior parte do território que hoje corresponde à República da Macedônia integrava o reino da Peônia, cujos habitantes eram os Peônios, um povo de origem trácia; a porção noroeste (inclusive sua Capital, Skopje) pertencia à antiga Dardânia, habitada por diversas tribos ilírias; enquanto o sudoeste fazia parte de Lincéstide e Pelagônia, ambas povoadas pelos molossos, tribos gregas primitivas.²

2 – *History of the Republic of Macedonia*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso

Após as primeiras vitórias de Filipe II da Macedônia sobre as tribos ilírias em 336 a. C., a região da Macedônia superior (Lincéstide, Pelagônia e a parte sul da Peônia) foi incorporada ao Reino da Macedônia.³ Alexandre III, dito o Grande (filho de Filipe II), conquistou o restante da região e estendeu seus domínios até o Danúbio (exceto a Dardânia).⁴ Com a morte de Alexandre em 323 a. C., houve o enfraquecimento das instituições do império, o que levou à sua dissolução em 168 a. C., momento em que a região foi incorporada às conquistas romanas.⁵



Mapa do Reino da Macedônia às vésperas da Segunda Guerra Macedônica, em 200 a. C., adaptado de http://en.wikipedia.org/wiki/File:Macedonia_and_the_Aegean_World_c.200.png.⁶

em: 24 de maio de 2012.

3 – POULTON, Hugh. *Who are the Macedonians?* London: C. Hurst & Co., 1995, p. 14.

4 – WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. *A descoberta da liberdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 75.

5 – *Ibidem*.

6 – Mapa do Reino da Macedônia às vésperas da Segunda Guerra Macedônica, em 200 a. C. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Macedonia_and_the_Aegean_World_c.200.png>

A Disputa sobre o Nome da Macedônia: a oposição da Grécia ao reconhecimento do nome constitucional da República da Macedônia

Em 146 a. C., os romanos estabeleceram uma província ao norte da Aquéia (atual Peloponeso e sul da Grécia), e que se estendia desde o Mar Adriático, no oeste, até o Mar Egeu, no leste. A terminologia “Macedônia” foi utilizada para descrever este distrito administrativo. Em algum momento do século IV d. C., a província romana foi dividida em *Macedonia Prima* ao sul e *Macedonia Salutaris* ao norte, ambas subordinadas à Diocese da Macedônia.⁷

Em 395 d. C., após a permanente divisão do Império Romano, toda a Macedônia passou ao oriente, como parte do que viria a ser o Império Bizantino.⁸

A partir do século VI, mais um personagem veio se estabelecer na região dos Bálcãs, as tribos eslavas. Grandes grupos que viviam nas cercanias do Rio Danúbio (Galícia), na Europa central, começaram a sofrer ataques de povos diversos, e a solução foi procurar refúgio em um novo lugar. Migraram então para o sudeste do continente em torno dos mares Adriático e Egeu.⁹ No princípio, os eslavos não constituíam um Estado, apenas um conjunto de tribos que agrupavam numerosas famílias. Historiadores gregos e bizantinos identificavam os assentamentos eslavos como “Sklavines”.

Com a ascensão do Primeiro Império Búlgaro, a região foi incorporada ao seu domínio em 837 d. C. Skopje e Ohrid emergiram como duas das quatro cidades capitais do Estado. No final do século X, muito do que hoje é a República da Macedônia se tornou o centro político e cultural da Bulgária medieval. Essa situação perdurou até 1018, data em que o Império Búlgaro foi absorvido pelo Império Bizantino.¹⁰

World_c.200.png>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

7 – *Macedonia (Roman Province)*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(Roman_province\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(Roman_province))>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

8 – *Ibidem*.

9 – BRENER, Jayme. *Os Bálcãs: história e crise*. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 12.

10 – *History of the Republic of Macedonia*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

Em 1018, já sob o controle de Bizâncio, foi fundado o Thema da Bulgária, uma província civil-militar baseada nas regiões de Skopje e Ohrid. Sua capital era Skopje e ele era governado por um “estratego” (general).¹¹ O território da província limitava-se com o Thema da Macedônia que, apesar do nome, não estava localizado na Macedônia, mas na Trácia e tinha em Adrianópolis a sua capital.¹²

Nos séculos XIII e XIV, o controle bizantino foi marcado por períodos de submissão aos búlgaros e sérvios. Após a dissolução do império, a área tornou-se um domínio independente de governantes locais sérvios das casas Mrnjavčević e Dragaš.¹³

Conquistada pelo exército otomano na primeira metade do século XV, a região permaneceu sob o jugo turco durante quase 500 anos, tempo em que sofreu substancial influência no aspecto religioso com a conversão de algumas minorias étnicas – como a albanesa – ao islamismo.¹⁴

Nesse período, etnógrafos classificavam o idioma falado pelos eslavos da Macedônia como búlgaro ou, também, como um “dialeto ocidental do búlgaro” dadas as suas particularidades, assim como outras variantes da língua na Bulgária ocidental moderna.¹⁵

Na segunda metade do século XIX, Skopje e Monastir (atual Bitola) eram capitais de províncias otomanas (*vilayets*) diferentes, Kosovo e Monastir, respectivamente; enquanto o sudeste da futura República estava sob a jurisdição de Salonica Vilayet, cuja capital era a cidade homônima.¹⁶

11 – *Bulgaria (Theme)*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bulgaria_%28theme%29>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

12 – *Macedonia (Theme)*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_%28theme%29>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

13 – *History of the Republic of Macedonia*, op. cit.

14 – OLIC, Nelson Bacic. *A desintegração do Leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 40.

15 – *History of the Republic of Macedonia*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

16 – *Vilâyet*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <<http://de.wikipedia>.

As conhecidas “Guerras Balcânicas” de 1912 e 1913 redesenharam novos limites entre os países dos Bálcãs. O Tratado de Londres de 1913 foi um ato significativo, pois, dentre outros aspectos, serviu para a Sérvia incorporar o atual território da Macedônia.¹⁷ Inicialmente, não tinha autonomia administrativa e foi chamada de *Južna Srbija* (“Sérvia do Sul”) ou *Stara Srbija* (“Sérvia Antiga”).

Dos escombros da Primeira Guerra Mundial, nasceu, em 1918, um novo reino, que unificou os territórios da Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina com os da Sérvia e Montenegro. O “Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos” concretizou aparentemente o velho sonho da união dos “povos eslavos do sul”, expressão esta oriunda da tradução da palavra “Iugoslávia”, denominação que passou a ser adotada pelo Estado a partir de 1929.¹⁸ O reino foi dividido em províncias chamadas de *banovinas*: Skopje passou a ser a Capital da *Vardar Banovina* que, futuramente, viria a ser a moderna República da Macedônia.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os eslavos que habitavam a Vardar Banovina passaram a ser considerados como sérvios do sul, e sua língua um dialeto do sul da Sérvia. Nas décadas de 1920 e 1930, houve uma intensa prática de “serbianização”, com o fechamento de escolas búlgaras, gregas e romenas, além da expulsão de sacerdotes búlgaros e professores não sérvios. Esta política entrou em confronto com o sentimento pró-búlgaro fomentado pela *Internal Macedonian Revolutionary Organization (IMRO)*, uma organização política e revolucionária búlgara que operava na Macedônia, ao passo que os comunistas locais favoreceram o caminho da autodeterminação.¹⁹

org/wiki/Vil%C3%A2yet>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

17 – OLIC, *op. cit.*, p. 42.

18 – SOARES, Jurandir. *Iugoslávia: guerra civil e desintegração*. Porto Alegre: Novo Século, 1999, p. 14.

19 – *History of the Republic of Macedonia*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

Em 1925, D. J. Footman, o Vice-Cônsul britânico em Skopje, remeteu um extenso relatório ao Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, no qual escreveu que “a maioria dos habitantes do sul da Sérvia são cristãos ortodoxos macedônios, etnologicamente mais parecidos com os búlgaros do que com os sérvios”. Ele também apontou para a tendência de buscar uma Macedônia independente, com Tessalônica como sua capital.²⁰

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Reino da Iugoslávia deixou de existir e, por consequência, a Vardar Banovina se fragmentou, entre 1941 e 1944: a parte ocidental povoada por albaneses passou ao controle da Albânia, e o restante coube à Bulgária.²¹

Após o término deste conflito militar global, a Iugoslávia foi reconstituída como um Estado federal sob a presidência de Josip Broz, o célebre “Tito”. Quando a antiga província de Vardar foi restabelecida em 1944, a maioria de seu território tornou-se uma república à parte, enquanto as regiões mais setentrionais permaneceram na Sérvia.

Em 1946, foi concedido à nova unidade federativa o estatuto de “República Popular da Macedônia”, rebatizada como “República Socialista da Macedônia” pela Constituição Iugoslava de 1963, para assim harmonizá-la às demais repúblicas da Federação.²² Ao mesmo tempo, as autoridades iugoslavas promoveram o desenvolvimento do termo macedônio como “identidade étnica e lingüística”. A língua macedônia foi então codificada em 1944, a partir do dialeto eslavo falado em torno de Veles.²³

Com isso, a Grécia passou a se preocupar com as iniciativas do governo iugoslavo que poderiam servir de pretexto para futuras

20 – ROSSOS, Andrew. *The British Foreign Office and Macedonian National Identity, 1918-1941*. Disponível em: <http://www.maknews.com/html/articles/rossos/rossos1_print.html>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

21 – *History of the Republic of Macedonia, op. cit.*

22 – *Ibidem.*

23 – BROWN, Keith. *The Past in Question: Modern Macedonia and the Uncertainties of Nation*. Princeton: Princeton University Press, 2003, p. 2.

A Disputa sobre o Nome da Macedônia: a oposição da Grécia ao reconhecimento do nome constitucional da República da Macedônia

reivindicações territoriais sobre a província costeira grega, que constituía a maior parte da Macedônia antiga e que também era conhecida por este nome.

Durante a Guerra Civil da Grécia (1944-1949), muitos macedônios (independentemente de sua etnia) participaram do movimento de resistência ELAS organizado pelo Partido Comunista Grego (KKE, do grego *Kommunistikó Kómma Elládas*). ELAS e Iugoslávia mantiveram boas relações até 1949, quando se separaram devido à ruptura Tito-Stalin. Ao final do conflito, os combatentes que se refugiaram no sul da Iugoslávia e Bulgária e que se consideravam búlgaros ou macedônios não receberam autorização para regressar à Grécia, apenas aqueles que assumiram a identidade grega obtiveram tal permissão.²⁴ Este evento também contribuiu para a instabilidade das relações greco-iugoslavas na Macedônia.

Em 1990, a forma de governo da federação iugoslava mudou de Estado socialista para democracia parlamentar. Assim, em 16 de abril de 1991, o parlamento aprovou uma emenda constitucional que retirou o qualificador “socialista” do nome da República e, a 7 de junho, a nova denominação, “República da Macedônia”, foi oficialmente estabelecida.²⁵

Em 8 de setembro de 1991, a então República iugoslava realizou um referendo, onde 95,26% dos votantes manifestaram-se favoráveis à independência da federação, sob o nome de “República da Macedônia” (em macedônio: *Република Македонија*, transliterado: *Republika Makedonija*). Cabe destacar que cerca de 25% da população – pertencente à comunidade albanesa²⁶ – se

24 – *History of the Republic of Macedonia*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

25 – *Ibidem*.

26 – De março a junho de 2001, a Macedônia foi palco de uma guerra civil entre o governo e os rebeldes albaneses, principalmente no norte e oeste do País. O conflito terminou com a intervenção das forças da OTAN. Pelo Acordo de Ohrid, o governo se comprometeu em transferir maior poder político e reconhecimento cultural para a minoria albanesa. Em contrapartida, os rebeldes aceitaram abandonar as demandas separatistas e reconhecer as instituições políticas da Macedônia. Contudo, em março de 2012, novos incidentes étnicos tiveram lugar em todo o País. [BBC, *Agência. Macedonia profile: Timeline*. (Tradução nossa).

recusou a participar da mencionada consulta por não aprovar seu estatuto de “minoría” étnica.²⁷

Em 25 de setembro, a declaração de independência foi formalmente endossada pelo parlamento local. A 17 de dezembro, o Estado adotou a sua nova Constituição.²⁸

A Bulgária foi o primeiro país a reconhecer a Macedônia sob seu nome constitucional (embora sem reconhecer a língua, considerada um dialeto do búlgaro, e, por essa via, a “nação” macedônia, que se estende com cidadania búlgara em seu próprio território) em janeiro de 1992.²⁹ Todavia, o reconhecimento internacional teve de ser adiado por forte oposição da Grécia ao uso do nome que considera de origem helênica, símbolos nacionais, bem como cláusulas controversas contidas na Constituição da República.³⁰

A Comissão de Arbitragem da Conferência sobre a Iugoslávia, em seu parecer n. 6, considerou:

Que a República da Macedônia satisfaz as condições das Diretrizes sobre o reconhecimento de novos Estados da Europa Oriental, União Soviética e da Declaração sobre a Iugoslávia, adotada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 16 de Dezembro de 1991.³¹

Neste parecer, a Comissão recomendou à Comunidade Europeia o reconhecimento da “República da Macedônia”, sob o argumento de que o

BBC News (on-line), London, 29 de março de 2012. Europe. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-17553072>>. Acesso em: 19 de maio de 2012]

27 – GIANNES, Koliopoulos; VEREMES, Thanos. *Greece: The Modern Sequel: from 1831 to the Present*. (Tradução nossa). London: C. Hurst, 2002, p. 315-316.

28 – *History of the Republic of Macedonia, op. cit.*

29 – GIANNES, Koliopoulos; VEREMES, Thanos, *op. cit.*, p. 315.

30 – *Ibidem*, p. 316.

31 – RAMCHARAN, Bertrand G. *The International Conference on the former Yugoslavia: Official papers*. (Tradução nossa). Hague: C. Kluwer Law International, 1997, p. 1.274-1.275.

País concedeu as garantias necessárias à preservação dos direitos humanos, da paz e da segurança internacional.³²

Ainda assim, na tentativa de impedir o reconhecimento do novo Estado pela União Europeia, o governo grego persuadiu o Conselho Europeu (CE) a adotar uma declaração com o estabelecimento de condições para o ato diplomático como, por exemplo, a proibição de reivindicações territoriais em face dos países fronteiriços. Assim, a 16 de dezembro de 1991, o CE emitiu a “Declaração sobre a Iugoslávia”, que refere:

A Comunidade e os seus Estados-membros também exigem que a República Iugoslava comprometa-se, antes do reconhecimento, a adotar garantias constitucionais e políticas que assegurem que não tem pretensões territoriais no sentido de um Estado comunitário vizinho e que não irá realizar nenhuma atividade de propaganda hostil contra um Estado comunitário vizinho, incluindo o uso de uma denominação que implica reivindicações territoriais.³³

Em junho de 1992, o Conselho voltou a se pronunciar a respeito do assunto:

O Conselho Europeu reitera a posição assumida pela Comunidade e seus Estados-membros em Guimarães sobre o pedido da Antiga República Iugoslava da Macedônia para ser reconhecida como um Estado independente. Expressa a sua disponibilidade para reconhecer a república em suas fronteiras existentes de acordo com sua declaração de 16 de Dezembro de 1991, sob um nome que não inclua o termo Macedônia. Ademais,

32 – *Ibidem*.

33 – *European Parliament. Recognition of States – Annex 2: Declaration on Yugoslavia (Extraordinary EPC Ministerial Meeting, Brussels, 16 December 1991)*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://207.57.19.226/journal/Vol4/No1/art7.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

considera as fronteiras desta república como invioláveis e garantidas em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta de Paris.³⁴

Também em 1992, cerca de 1 milhão de greco-macedônios saíram às ruas de Tessalônica para protestar contra o uso do nome “Macedônia” pela República recém-proclamada no chamado “Rally para Macedônia”.³⁵

A disputa sobre o nome do Estado não ficou confinada aos Bálcãs. Comunidades de imigrantes gregos e macedônios também protestaram ao redor do mundo em defesa de suas respectivas pátrias, especialmente na Austrália, Estados Unidos e Canadá.

A Macedônia solicitou sua adesão às Nações Unidas em 30 de julho de 1992, todavia restou indefinida por quase um ano. Alguns países como Bulgária, Turquia, Eslovênia, Croácia, Bielorrússia e Lituânia reconheceram a “República da Macedônia” como um Estado independente antes mesmo de sua admissão na ONU.³⁶ A maioria da comunidade internacional, porém, aguardou uma posição da citada organização. Este limbo diplomático teve um efeito negativo para a jovem República, com o agravamento das suas já precárias condições políticas e econômicas.

Esse, portanto, é o contexto histórico que envolve a acirrada disputa sobre o nome da Macedônia. Em que pese ser a única ex-república iugoslava a adquirir sua independência sem derramamento de sangue – a Macedônia –, deu origem a um dos mais longos conflitos diplomáticos da história dos Bálcãs.

34 – *European Parliament. European Council in Lisbon, 26/27 June 1992: Conclusions of the Presidency, Annex II.* (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/lisbon/li2_en.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2012, p. 43.

35 – *Macedonia Naming Dispute.* (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

36 – *Macedonia Naming Dispute.* (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

2. Dimensões do conflito

2.1. A Admissão da Macedônia nas Nações Unidas

Em 1992, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Conferência Internacional para a ex-Iugoslávia adotaram a denominação de “Antiga República Iugoslava da Macedônia” para se referir ao Estado em suas discussões e/ou negociações com ele.

A mesma terminologia foi proposta em 22 de janeiro 1993 pelo Reino Unido, França e Espanha – os três membros da UE no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) – para que o Estado pudesse se juntar à ONU.³⁷

O Ministro das Relações Exteriores da Grécia, em correspondência endereçada ao Secretário-Geral das Nações Unidas, datada de 25 de janeiro, declarou que admitir o Estado antes de conhecer os pré-requisitos necessários e, em particular, o abandono do uso da denominação de República da Macedônia iria perpetuar e aumentar o atrito e a tensão entre as partes, sem contribuir para a paz em uma região visivelmente conturbada.³⁸

O Presidente da Macedônia, Kiro Gligorov, também se opôs à fórmula apresentada. A 24 de março, em carta ao Presidente do CS, afirmou que o Estado, em nenhuma circunstância, estaria disposto a aceitar a terminologia associada à conotação de “Iugoslávia” em longo prazo.³⁹ Isso se deve a uma histórica preocupação da Macedônia sobre possíveis ambições

37 – LEWIS, Paul. *Compromise Likely to Take Macedonia Into U.N.* (Tradução nossa). *The New York Times [on-line]*, New York, 26 jan. 1993. *World*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1993/01/26/world/compromise-likely-to-take-macedonia-into-un.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

38 – *United Nations. Repertoire of the Practice of the Security Council Twelfth Supplement 1993-1995.* (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.un.org/fr/sc/repertoire/93-95/93-95_7.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

39 – *United Nations. Repertoire of the Practice of the Security Council Twelfth Supplement 1993-1995.* (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.un.org/fr/sc/repertoire/93-95/93-95_7.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

territoriais por parte da Sérvia, já que alguns nacionalistas sérvios ainda a chamam de “Sérvia do sul”.

Ambos os lados ficaram sob intensa pressão diplomática. O apoio inicial que a Grécia recebeu de seus aliados e parceiros da OTAN e UE começou a diminuir devido a uma combinação de fatores. Isso incluía desde o descontentamento com a linha dura adotada por alguns setores helênicos sobre a questão até a convicção de que a Grécia havia desrespeitado certas sanções contra Slobodan Milošević, ex-Presidente iugoslavo.

As tensões no seio da Comunidade Europeia foram expostas publicamente em 22 de janeiro pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Uffe Ellemann-Jensen, que deflagrou a ira dos membros gregos do Parlamento Europeu (PE). O político descreveu a posição grega como “ridícula” e expressou a esperança do reconhecimento da Macedônia pela organização, rapidamente, decisão que seria apoiada por muitos Estados-membros.⁴⁰

O Primeiro-Ministro grego, Constantino Mitsotakis, assumiu uma postura mais moderada sobre a questão. Apesar da oposição dos radicais, em março de 1993, ele aprovou a proposta apresentada pelo Conselho de Segurança.⁴¹ Isso levou à aceitação por parte do governo em Skopje, embora dividido entre moderados e radicais.

Finalmente, em 7 de abril de 1993, o CS aprovou a admissão da República através da Resolução 817. No dia seguinte, 8 de abril, a recomendação foi aprovada pela Assembleia Geral que publicou a Resolução 225, *in verbis*:

A Assembléia Geral,

Tendo recebido a recomendação do Conselho de Segurança de 7 de Abril 1993 a respeito do Estado cuja aplicação está contida no documento A/47/876-S/25147 deve ser admitido

40 – GALLAGHER, Tom. *The Balkans in the New Millennium: In the Shadow of War and Peace*. (Tradução nossa). London: Routledge, 2005, p. 7-8.

41 – BETHLEHEM, Daniel L.; WELLER, Marc. *The 'Yugoslav' Crisis in International Law*. (Tradução nossa). Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 45.

A Disputa sobre o Nome da Macedônia: a oposição da Grécia ao reconhecimento do nome constitucional da República da Macedônia

como membro das Nações Unidas,
Tendo considerado o pedido de adesão contido no documento
A/47/876-S/25147,
Decide admitir o Estado cuja aplicação está contida no documento
A/47/876-S/25147, como membro das Nações Unidas, sendo
este estado provisoriamente designado para todos os efeitos no
âmbito das Nações Unidas como “Antiga República Iugoslava
da Macedônia” pendente de resolução a diferença que surgiu
em cima do nome do Estado.⁴²

As duas resoluções foram cuidadosamente redigidas a fim de dar segurança jurídica a ambas as partes, que alimentavam objeções e preocupações particulares. O modelo da ONU baseava-se na ideia de que:

a) A terminologia “Antiga República Iugoslava da Macedônia” era provisória, podendo ser utilizada somente até a resolução do litígio.

b) Tratava-se de uma “referência” e não um nome, um partido neutro na disputa, sem pretensão, por parte da organização, de determinar o nome do Estado.

c) O uso da referência era apenas “para todos os efeitos no âmbito das Nações Unidas”, sem obrigar qualquer outra parte.

d) A qualificação de “antiga” referia-se meramente ao fato histórico da República, no passado, ter sido uma das unidades administrativas da República Federativa Socialista da Iugoslávia. Também foi enfatizado que o nome “Macedônia” não poderia ser empregado isoladamente, na esfera internacional, pela República.

Com o tempo, a convenção foi adotada por outras organizações internacionais e Estados, de forma independente, e não pelo fato de ser instituída pela ONU.

A comunidade internacional não reconheceu a República imedia-

42 – *United Nations. Security Council resolution 817 (1993)*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/203/74/IMG/N9320374.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

tamente, mas isso acabou por acontecer em meados de 1993 e início de 1994. A China foi o primeiro membro permanente do Conselho de Segurança a admitir a Macedônia sob seu nome constitucional a 13 de outubro de 1993.

Em 16 de dezembro de 1993, seis países da União Europeia (Reino Unido, Dinamarca, França, Alemanha, Itália e Países Baixos) reconheceram formalmente a independência da “Antiga República Iugoslava da Macedônia”.⁴³

Japão, Rússia e Estados Unidos manifestaram seu reconhecimento em 21 de dezembro de 1993, 3 de fevereiro de 1994 e 9 de fevereiro de 1994, respectivamente.⁴⁴

A Grécia não adotou a terminologia proposta pela ONU nesta fase e tão pouco reconheceu o Estado sob qualquer denominação.

De acordo com as declarações do governo macedônio, 133 nações estrangeiras reconheceram o País sob o nome de República da Macedônia, isto até dezembro de 2011.⁴⁵ Alguns países adotaram esta nomenclatura desde o início, outros mudaram sua postura depois de, inicialmente, utilizarem a referência das Nações Unidas (como por exemplo, os Estados Unidos). Menos comumente, observou-se o oposto (como no caso do México, ao retirar seu reconhecimento anterior).

O Brasil mantém relações diplomáticas com o país balcânico sob seu nome constitucional.⁴⁶ Através do Decreto n. 2.857 de 7 de dezembro de 1998, o Governo brasileiro criou Embaixada em Skopje,

43 – BETHLEHEM, Daniel L.; WELLER, Marc. *The 'Yugoslav' Crisis in International Law*. (Tradução nossa). Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 45.

44 – JEFFRIES, Ian. *The Former Yugoslavia at the Turn of the Twenty-first Century*. (Tradução nossa). London: Routledge, 2003, p. 54.

45 – *Republic of Macedonia. Ministry of Foreign Affairs. Republic of Macedonia established Diplomatic Relations with Republic of Namibia under constitutional name*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.mfa.gov.mk/?q=node/452&language=en-gb>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

46 – Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Macedônia*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/cerimonial/corpo-diplomatico/lista/m/macedonia>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sófia (Bulgária).⁴⁷

2.2. O acordo provisório

A Grécia e a República da Macedônia formalizaram relações bilaterais através de um acordo provisório assinado em Nova Iorque em 13 de setembro de 1995. O Secretário Cyrus Vance foi testemunho na qualidade de Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.⁴⁸

Sob o acordo, a Macedônia aceitou retirar o “Sol de Vergina”⁴⁹ de sua bandeira e as cláusulas supostamente irredentistas da sua Constitui-

47 – Brasil, Decreto n. 2.857, de 7 de dezembro de 1998, cria a Embaixada do Brasil em Skopje, República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sófia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 de dezembro de 1998.

48 – *Republic of Macedonia. Ministry of Foreign Affairs. Interim Accord Macedonia-Greece, 1995*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://mfa.neotel.net.mk/default1.aspx?ItemID=394>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

49 – O Sol de Vergina (ou Estrela de Vergina) é uma simbólica estrela de dezesseis pontas gravada em uma urna dourada posta na cripta dos soberanos do antigo Reino da Macedônia. Foi desenterrada em 1977 pelo arqueólogo Manolis Andronikos durante escavações em Vergina, região grega da Macedônia. Especula-se que o sepulcro pertencia ao Rei Felipe II, pai de Alexandre, o Grande. Arqueólogos divergem sobre o significado da estrela. Pode se tratar de um símbolo da Macedônia, um emblema da dinastia Argeada, um sinal religioso que representava os doze deuses do Olimpo ou, simplesmente, um elemento decorativo. Assim que a urna foi desenterrada, o elemento arqueológico tornou-se referência da continuidade entre a cultura macedônica e a Grécia moderna. Ao proclamar a independência em 1991, a República da Macedônia escolheu o Sol de Vergina como símbolo nacional e o inseriu na sua bandeira. Essa decisão causou polêmica tanto no seio da nova República quanto nas relações desta com a Grécia. A minoria albanesa que vivia na Macedônia alegou que não se identificava com uma figura de representação da etnia eslavo-macedônia e, portanto, inadequada para um Estado multiétnico. Os gregos interpretaram esse gesto como uma tentativa de apropriação de um símbolo helênico. Graças à oposição grega, o uso da bandeira macedônia foi proibido em diversos locais e ocasiões, como na sede das Nações Unidas; embaixadas da Macedônia nos Estados Unidos e Austrália e Olimpíadas. A disputa foi resolvida parcialmente em outubro de 1995, quando a estrela foi retirada definitivamente da bandeira nacional da República como parte do acordo para estabilizar as relações diplomáticas e econômicas entre os dois países. (*Sol de Vergina*. In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sol_de_Vergina>. Acesso em: 23 de abril de 2012).

ção, além de assumir o compromisso de respeitar a soberania, integridade territorial e independência política da Grécia, sem afirmar ou apoiar reivindicações de qualquer parte de seu território.⁵⁰

Por seu turno, a Grécia reconheceu a independência da República sob o uso da terminologia definida pela ONU. Ademais, pelo art. 11 do Acordo Provisório, concordou em:

(...) não se opor ao pedido ou a filiação do Partido da segunda parte (República da Macedônia) em organizações internacionais, multilaterais, regionais e as instituições de que o Partido da primeira parte (Grécia) é membro, no entanto, o Partido da primeira parte reserva-se o direito de se opor a qualquer membro acima referido, se o Partido da segunda parte for referido na organização ou instituição diferente do previsto no parágrafo 2º da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 817 (1993).⁵¹

Essa proposição abriu as portas para que o Estado participasse de uma série de organismos internacionais, como o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o programa Parceria para a Paz.

Ambos os países também se comprometeram em prosseguir com as negociações com vista à resolução do conflito, sob os auspícios da ONU.⁵²

O Acordo Provisório não é um tratado convencional perpétuo, pois pode ser substituído ou revogado a qualquer tempo, todavia, pelas suas disposições juridicamente vinculativas, encontra-se nos termos do Direito Internacional.

50 – *Republic of Macedonia. Ministry of Foreign Affairs. Interim Accord Macedonia-Greece, 1995, op. cit.*

51 – *Republic of Macedonia. Ministry of Foreign Affairs. Interim Accord Macedonia-Greece, 1995.* (Tradução nossa). Disponível em: <<http://mfa.neotel.net.mk/default1.aspx?ItemID=394>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

52 – *Ibidem.*

2.3. As negociações sobre a questão da nomenclatura

A conclusão do acordo não trouxe uma solução para a questão da nomenclatura. Ao longo dos anos, vários nomes foram sugeridos, porém, inicialmente, os gregos não aceitavam qualquer fórmula que incluísse a palavra “Macedônia”. Atenas defendia o uso da terminologia “República de Vardar” ou “República de Skopje”, mas tanto o governo quanto os partidos de oposição em Skopje rejeitavam qualquer opção que eliminasse o nome “Macedônia”. A Grécia gradualmente revisou a sua postura e passou a admitir uma denominação composta, com o uso de um qualificador geográfico *erga omnes* a nível internacional. Contudo, uma solução não foi alcançada.

Em 2005, o Representante Especial das Nações Unidas, Matthew Nimetz, sugeriu o uso de “Republika Makedonija-Skopje” para fins oficiais. A Grécia não aceitou a proposta de imediato, mas a caracterizou como “uma base para negociações construtivas”.⁵³ O Primeiro-Ministro macedônio, Vlado Buckovski, rejeitou a ideia e contrapôs com uma “fórmula de nome duplo” segundo a qual a comunidade internacional faria uso de seu nome constitucional, e a Grécia a denominação de “Antiga República Iugoslava da Macedônia”.⁵⁴

Nimetz apresentou um novo pacote em outubro de 2005 que previa a adoção do nome “Republika Makedonija”, na transcrição do alfabeto latino, pelos países que reconheceram a República com essa terminologia; “Republika Makedonija-Skopje” pela Grécia; e “Republika Makedonija” pelas organizações internacionais. Embora o governo da Macedônia tenha aceitado a sugestão como uma boa base para negociações, a Grécia considerou-a inaceitável.⁵⁵

53 – BBC, Agência. *Greece considers Macedonia name*. (Tradução nossa). *BBC News [on-line]*, London, 8 apr. 2005. Europe. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4425249.stm>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

54 – BBC, Agência. *Greece considers Macedonia name*. (Tradução nossa). *BBC News [on-line]*, London, 8 apr. 2005. Europe. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4425249.stm>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

55 – WALBRIDGE, Nicholas. *In the Name of the State: The interminable naming dispute over Macedonia is now before the ICJ*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www>>.

Em 19 de fevereiro de 2008, as delegações dos dois países se reuniram em Atenas sob os auspícios do Representante Especial da ONU, momento em que este lhes apresentou um novo quadro para futuras negociações. A ideia geral era uma “solução de nome composto” para todos os efeitos internacionais. Ele continha cinco sugestões de nomes: República Democrática da Macedônia, República Constitucional da Macedônia, República Independente da Macedônia, República da Macedônia Superior e República da Nova Macedônia.⁵⁶ Apesar da diversidade de possibilidades, em 2 de março, Nimetz anunciou que não houve sucesso nas negociações em vista da “lacuna” presente nas posições dos dois países.

Outra reunião a convite de Nimetz foi realizada em Nova Iorque em 25 de março. O mediador apresentou o projeto de nome “com uma dimensão geográfica, e para todos os fins”. Na verdade, o diplomata reascendeu sua proposta de 2005, “Republika Makedonija-Skopje”.⁵⁷ Na ocasião, a República não emitiu uma declaração formal sobre a aceitação ou rejeição da proposta, enquanto a Grécia entendeu que a mesma não cumpria os objetivos apresentados pelo País.

Em 8 de outubro, após outra rodada de negociações entre a Macedônia e a Grécia, o mediador da ONU apresentou uma proposta de nomeação que chamou de “conjunto de idéias”, por conter informações específicas, tais como passaportes, a identidade dos macedônios e as formas dos Estados-Membros das Nações Unidas abordarem a República.

Segundo Nikolovski:

haguejusticeportal.net/Docs/Commentaries%20PDF/Walbridge_Macedonia_2_EN.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

56 – KIRBY, Paul. *Two countries at odds over a name*. (Tradução nossa). *BBC News [online]*, London, 6 mar. 2008. Europe. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278023.stm>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

57 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

Nimetz propôs República da Macedônia do Norte para uso geral internacional. Uma variante encurtada para uso na ONU seria Macedônia do Norte.

Uma surpresa inesperada para o público macedônio foi a sugestão à ONU para recomendar aos países membros a adoção do novo nome em negociações com a Macedônia. Mais de 120 países já reconheceram o país sob seu nome constitucional. Pacotes anteriores de Nimetz não continham essa idéia.

Ele também propôs ao país a inscrição em seus passaportes do nome República da Macedônia do Norte em inglês e francês e Republika Makedonija em macedônio.

Nimetz antecipou que o termo “macedônio” poderia ser utilizado na ONU desde que o país envolvido nas negociações não se opusesse a ele.

Uma segunda possibilidade seria “língua e nacionalidade da República da Macedônia do Norte” para uso exclusivo em negociações com a Grécia e o Chipre, que rejeitam qualquer uso do termo “macedônio”.⁵⁸

Nesses termos, o nome “República da Macedônia do Norte” passaria a ser utilizado em fóruns internacionais, enquanto que o nome constitucional – “República da Macedônia” – permaneceria inalterado no âmbito interno. Embora fosse uma proposta razoável, os dois países concordaram que deveriam ser feitas mudanças sérias e que tal não poderia ser uma base para a resolução do litígio.

Em agosto de 2009, Nimetz expressou pessimismo em relação à resposta grega aos nomes sugeridos nas últimas reuniões. O representante grego alegou que Atenas não poderia aceitar a formulação proposta

58 – NIKOLOVSKI, Zoran. *Envoy Nimetz proposes “Republic of Northern Macedonia” in name dispute*. (Tradução nossa). *Southeast European Times [on-line]*, Skopje, 10 oct. 2010. *Foreign relations*. Disponível em: <http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2008/10/10/feature-02>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

unicamente para uso nas relações bilaterais e insistiu que qualquer nome escolhido fosse utilizado também internacionalmente.⁵⁹ O mediador macedônio, por sua vez, defendeu que

a Macedônia compromete-se a participar ativamente nas negociações sobre o nome e espera uma solução mutuamente aceitável, que irá garantir a preservação da dignidade, identidade e integridade dos cidadãos do país, com base nos valores euro-atlânticos e princípios democráticos.⁶⁰

Embora os projetos apresentados pelo diplomata americano Matthew Nimetz tenham permitido um debate acalorado, não houve progresso no plano fático, visto que as duas partes mantiveram posições estritamente opostas quanto à questão do nome da Macedônia.

As negociações “oficiais” encontram-se congeladas desde 2009; isto se deve a diversos fatores, como a rejeição da Grécia a vários pontos essenciais da proposta mais recente; a política de “*Antiquisation*” executada pelo governo de Skopje; a ação apresentada, diante do Tribunal Internacional, pela Antiga República Iugoslava da Macedônia em 17 de novembro de 2008 contra a Grécia; e a crise da dívida pública da zona do Euro, que iniciou na Grécia em 2010.

2.4. A cúpula de Bucareste 2008: o bloqueio à entrada da Macedônia na OTAN

As aspirações da República da Macedônia em aderir à OTAN e UE sob seu nome constitucional têm causado polêmica nos últimos anos. Sob o Acordo Provisório de 1995, a Grécia concordou em não

59 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

60 – *Macedonian negotiator meets Nimetz*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://macedoniadaily.blogspot.com.br/2009_08_01_archive.html>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

impedir a Macedônia de aderir a organismos internacionais sob a referência provisória indicada pelas Nações Unidas. A suspeita de que a República pudesse solicitar o reconhecimento por seu nome constitucional assim que ingressasse nas organizações passou a preocupar o governo em Atenas.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Dora Bakoyannis, afirmou que “(...) o Parlamento grego, sob qualquer composição, não vai ratificar a adesão do país vizinho para a UE e OTAN, caso a questão do nome não seja resolvida de antemão”.⁶¹ Esta declaração foi endossada pelo Primeiro-Ministro grego, Kostas Karamanlis, em 19 de outubro de 2007.⁶²

Oficialmente, a Grécia argumentava que o uso da denominação “Macedônia” implicaria reivindicações territoriais sobre a província grega de mesmo nome. Embora Skopje rejeitasse essa alegação, com base nas emendas constitucionais que, especificamente, excluía “pretensões territoriais”, uma série de mapas foram difundidos por grupos nacionalistas em Skopje que retratavam partes da Grécia (como Tessalônica, a segunda maior cidade do País) dentro de uma futura “Macedônia Unida”.⁶³ Cartazes erigidos em Skopje por organizações privadas substituindo a cruz branca sobre a bandeira helênica pela cruz suástica, como forma de comparar a Grécia moderna à Alemanha nazista, resultaram em vigorosos protestos e condenações algumas semanas antes da 20ª Reunião de Cúpula da OTAN (Bucareste 2008).⁶⁴

61 – *Hellenic Republic. Embassy of Greece – Washington, DC. Answer of FM Ms. D. Bakoyannis regarding the FYROM name issue.* (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.greekembassy.org/Embassy/content/en/Article.aspx?office=1&folder=24&article=18371>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

62 – *Macedonia Naming Dispute.* (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

63 – BAKOYANNIS, Dora. *All in a Name.* (Tradução nossa). *The Wall Street Journal [on-line]*, New York, 1 apr. 2008. *Opinion.* Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB120701620662579369.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

64 – QUETTEVILLE, Harry de. *Macedonia row overshadows NATO summit.* (Tradução

Embora estivesse dissociado das representações, o governo macedônio manifestou o seu pesar.

Na Cúpula de Bucareste, de 3 de abril de 2008, um convite para aderir à Aliança Atlântica não foi estendido para a Macedônia.⁶⁵ A declaração emitida, conjuntamente, pelos Chefes de Estado e de Governo participantes da reunião destacou que:

20. Reconhecemos o trabalho duro e o compromisso demonstrado pela Antiga República Iugoslava da Macedônia para os valores da OTAN e as operações da Aliança. Parabenizamos pelos seus esforços para construir uma sociedade multiétnica. No âmbito da ONU, muitos atores trabalharam duro para resolver a questão do nome, mas a Aliança constatou com pesar que essas conversas não produziram um resultado positivo. Portanto, concordamos que um convite para a Antiga República Iugoslava da Macedônia será estendido tão logo uma solução mutuamente aceitável para a questão do nome for alcançada. Nós incentivamos que as negociações sejam retomadas sem demora e esperamos que elas sejam concluídas o mais rapidamente possível.⁶⁶

A Ministra grega dos Negócios Estrangeiros declarou, nessa oportunidade, que:

nossa). *The Telegraph [on-line]*, London, 2 apr. 2008. *World*. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1583685/Macedonia-row-overshadows-NATO-summit.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

65 – TRAN, Mark. *Macedonia walks out of Nato talks*. (Tradução nossa). *The Guardian [on-line]*, London, 3 apr. 2008. *World news*. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2008/apr/03/nato.ukraine>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

66 – *North Atlantic Treaty Organization. Bucharest Summit Declaration*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

(...) no que diz respeito à Antiga República Iugoslava da Macedônia, (...), infelizmente, a política seguida por nosso país vizinho em suas relações com a Grécia, por um lado, com intransigência e no outro com uma lógica de ações nacionalistas e irredentistas intimamente ligadas à questão do nome, não nos permitem manter uma postura positiva, como fizemos para a Croácia e Albânia (...) Como, por enquanto, não há solução, a Grécia continuará a ser um obstáculo insuperável para a ambição européia e euro-atlântica da Macedônia.⁶⁷

Segundo o governo grego, a Macedônia rejeitava oficialmente reivindicações territoriais, mas, na prática, numerosas provocações separatistas eram executadas por altos funcionários do governo, livros escolares e outras publicações governamentais e, por esta razão, merecia o veto efetivo sobre a adesão à OTAN. De acordo com a mídia grega, a posição manifestada por sua pátria foi fortemente apoiada pela França e Espanha. Holanda, Portugal, Itália, Bélgica, Hungria, Islândia, Eslováquia e Luxemburgo também expressaram entendimento sobre as preocupações gregas.⁶⁸

Por outro lado, os Estados que apoiaram a candidatura macedônia alegaram que o País havia realizado as reformas necessárias à adesão, e que a estabilidade dos Bálcãs estaria comprometida caso a República não fosse integrada na organização. A proposta dos Estados Unidos de convidar o País sob a referência das Nações Unidas foi apoiada pela Dinamarca, Noruega, Turquia, República Checa, Estônia, Eslovênia, Lituânia e Bulgária.⁶⁹

Reino Unido, Alemanha e Canadá mantiveram-se neutros com relação à questão.⁷⁰

67 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

68 – *Ibidem*.

69 – *Ibidem*.

70 – *Ibidem*.

Constata-se, portanto, que a Grécia bloqueou a adesão da Macedônia à OTAN em represália às práticas irredentistas, supostamente, fomentadas pela ex-república iugoslava.

2.5. A Corte Internacional de Justiça: a aplicação do acordo provisório de 13 de setembro de 1995

Em 17 de novembro de 2008, a Macedônia denunciou a Grécia perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) por considerar que o governo deste País havia bloqueado seu ingresso à OTAN na Cúpula de Bucareste em 2008. Skopje descreveu o ato como “flagrante violação das obrigações do art. 11, parágrafo 1º do Acordo Provisório, assinado pelas partes em 13 de setembro de 1995”.⁷¹

Atenas contestou a jurisdição da CIJ sobre este assunto. Alegou que naquela ocasião não houve um veto, apenas a falta de consenso sobre o convite entre os membros da citada Organização, o que implicaria na incompetência do Tribunal para julgar o caso.

Após as apresentações dos memoriais e contramemoriais e as audiências públicas, a República da Macedônia requereu que: a) as objeções gregas à jurisdição do Tribunal fossem rejeitadas; b) a procedência da ação, com a declaração de que a Grécia violou as obrigações decorrentes das disposições do art. 11, parágrafo 1º, do Acordo Provisório; c) a determinação para que a Grécia tomasse imediatamente todas as medidas necessárias para dar cumprimento às obrigações decorrentes das disposições acima mencionadas e a abster-se de contestar de qualquer forma, direta ou indiretamente, a adesão da Macedônia na OTAN e/ou quaisquer outras “organizações internacionais, multilaterais, regionais”, quando esta se habilitasse sob o nome de “Antiga República Iugoslava da Macedônia”.⁷²

71 – *International Court of Justice. The former Yugoslav Republic of Macedonia institutes proceedings against Greece for a violation of Article 11 of the Interim Accord of 13 September 1995.* (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/14881.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012, p. 1.

72 – *International Court of Justice. Conclusion of the public hearings – Court to begin its deliberation.* (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/16388>>.

A República Helênica, por seu lado, pediu: a) a declaração de incompetência do Tribunal para processar e julgar o feito; b) a improcedência da ação por todos os seus fatos e fundamentos.⁷³

O Tribunal de Haia proferiu seu acórdão em 5 de dezembro de 2011, no qual (por 15 votos a favor e 1 contra) decidiu que:

a) Tinha competência para julgar o caso.

b) A Grécia, ao impedir a admissão da Antiga República Iugoslava da Macedônia à OTAN em 2008, violou a sua obrigação nos termos do art. 11, parágrafo 1º, do Acordo Provisório de 13 de setembro de 1995.

c) Rejeitou todas as outras alegações feitas pela Antiga República Iugoslava da Macedônia.⁷⁴

A CIJ considerou, portanto, que a Grécia agiu mal ao obstruir o acesso da Macedônia à OTAN em 2008, todavia entendeu que era “desnecessária” uma ordem para garantir que Atenas iterasse o referido ato. A disputa sobre o uso do nome da Macedônia não foi apreciada pelos julgadores.

Cabe mencionar que a decisão proferida pelo Tribunal de Haia é definitiva, sem a possibilidade de recurso, sendo vinculativa às partes litigantes.

Em que pese ter tornado mais difícil, politicamente, o veto da Grécia a novos pedidos de admissão da República a organismos internacionais – o julgado –, carece de efeitos práticos, pois o futuro do País no bloco de defesa permanece incerto.

Ao mesmo tempo, não houve mudança na postura da União Europeia. A Macedônia detém o *status* de candidata ao bloco europeu desde 2005, porém, nas palavras do Comissário para o Alargamento da UE, Olli

pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2012, p. 1-2.

73 – *Ibidem*, p. 2.

74 – *International Court of Justice. The Court finds that Greece, by objecting to the admission of the Former Yugoslav Republic of Macedonia to NATO, has breached its obligation under Article 11, paragraph 1, of the Interim Accord of 13 September 1995.* (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/16841.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012, p. 1-3.

Rehn, “se não conseguirmos resolver esta questão, eu tenho medo que ela terá implicações negativas (para a adesão à UE)”.⁷⁵ As negociações, portanto, não devem avançar até que a questão do nome seja solucionada.

3. Argumentação das partes

3.1. Posição grega

O nome constitucional da República da Macedônia pode ser ofensivo para a maioria dos gregos, especialmente para os habitantes da província homônima. Atenas tem utilizado a expressão “eslavo-macedônio” para definir o idioma e os membros do grupo étnico e o arranjo provisório da ONU (Antiga República Iugoslava da Macedônia) para o País. As razões oficiais para isso, conforme descreve o Ministro grego das Relações Internacionais, são:

A questão do nome da Antiga República Iugoslava da Macedônia não é apenas uma disputa sobre fatos históricos ou símbolos. Trata-se da conduta de um Estado membro da ONU, a Antiga República Iugoslava da Macedônia, que contraria os princípios fundamentais do direito internacional; especificamente, o respeito pelas relações de boa vizinhança, soberania e integridade territorial. A questão do nome é, portanto, um problema regional com dimensões internacionais, que consiste na promoção das ambições separatistas e territoriais por parte da Antiga República Iugoslava da Macedônia, principalmente através da falsificação da história e da usurpação do patrimônio nacional e histórico da Grécia.⁷⁶

75 – KIRBY, Paul. *Two countries at odds over a name*. (Tradução nossa). *BBC News [online]*, London, 6 mar. 2008. Europe. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278023.stm>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

76 – *Hellenic Republic. Ministry of Foreign Affairs. FYROM Name Issue*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www2.mfa.gr/www.mfa.gr/en-US/Policy/Geographic+Regions/South-Eastern+Europe/Balkans/Bilateral+Relations/FYROM/FYROM+-+THE+NAME+ISSUE>>.

A Grécia se opõe ao uso do nome “Macedônia” pela República sem um qualificador geográfico, suportando um nome composto (como Macedônia do Norte) para todos os efeitos (*erga omnes*), a fim de evitar confusão semiológica com a região grega de mesmo nome. A República Helênica também pleiteia a renúncia à usurpação do patrimônio histórico e cultural grego e o fim do irredentismo e aspirações territoriais da *FYROM*.

A tese defendida por Atenas funda-se em preocupações históricas, territoriais, de autodeterminação e semiológicas, conforme se verá a seguir.

3.1.1. Preocupação histórica

Os gregos têm-se considerado os únicos detentores do direito de utilizar o nome “Macedônia” já que este deriva do antigo reino homônimo, um dos embriões da moderna República Helênica. Para eles, os “eslavos do sul” não possuem qualquer relação com a Macedônia antiga ou sua cultura pelo fato de terem se estabelecido na região cerca de mil anos após a extinção da mencionada entidade política.

A palavra “Macedônia” deriva do nome tribal dos antigos macedônios, atestado em fontes gregas como *Μακεδόνες* (transliterado: *Makedōnes*). É usualmente ligada à raiz indo-europeia *mark*, que significa “longo” ou “alto”. A raiz também é encontrada nas palavras gregas *makednos* (“comprido”, “alto”) e *makros* (“longo”, “grande”).⁷⁷

Alguns historiadores gregos atribuem a Josip Broz Tito a criação “artificial” de uma nação “macedônia” (eslava), em 1944. Em complemento a esta teoria, o historiador Eugene Borza enfatiza que os macedônios (eslavos) são “um povo recém emergente em busca de um passado para ajudar a legitimar o seu presente precário”, cuja origem étnica desenvolvida no século XX não tinha história, portanto, necessitava de uma.⁷⁸

htm>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

77 – *Macedonia Terminology*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(terminology\)#cite_note-0](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(terminology)#cite_note-0)>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

78 – TITCHENER, Francês B.; MORTON, Richard F. *The eye expanded: life and the*

Também na visão grega, o nome “Macedônia” é utilizado, no sentido geográfico, para designar a porção helênica meridional da região (que inclui a capital da antiga Macedônia, Pella) e não, ou marginalmente, o território da República de hoje. A Grécia acrescenta ainda que o território não foi designado Macedônia como entidade política até 1944.

3.1.2. Preocupação territorial

Durante a Guerra Civil Grega na década de 1940, o Presidente Josip Broz Tito começou a cultivar a ideia de uma “nação macedônia” independente. Em 1944 o político iugoslavo declarou publicamente que seu objetivo era reunificar “todas as seções da Macedônia, que foram divididas em 1912 e 1913 pelos imperialistas dos Bálcãs”.⁷⁹ A ideia central do projeto consistia na reivindicação da parcela setentrional do território grego, o que daria à Iugoslávia a possibilidade de obter um acesso ao Mar Egeu.

A Grécia suspeita que a Macedônia tenha sucedido a Iugoslávia nessa ambição. A preocupação se deve ao fato de que os nacionalistas étnicos macedônios do movimento “Macedônia Unida”, inclusive oficialmente, têm expressado reivindicações separatistas, ao que eles se referem como: “Macedônia Egéia” (Grécia), “Macedônia Pirin” (Bulgária), “Gora e Prohor Pchinski” (Sérvia), “Mala Prespa e Golo Brdo” (Albânia), apesar de gregos, búlgaros, sérvios e albaneses comporem a maioria esmagadora da população de cada região, respectivamente.⁸⁰

arts in Greco-Roman antiquity. (Tradução nossa). Berkeley: University of California Press, 1999, p. 259.

79 – *Hellenic Republic. Ministry of Foreign Affairs. FYROM Name Issue*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www2.mfa.gr/www.mfa.gr/en-US/Policy/Geographic+Regions/South-Eastern+Europe/Balkans/Bilateral+Relations/FYROM/FYROM++THE+NAME+ISSUE.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

80 – NICHOLOV, Bill. *The Name Dispute*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.makedonija.info/info.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.



Mapa da região da Macedônia como percebida por separatistas, adaptado de <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Ethnicmacedonia.jpg>.⁸¹

3.1.3. Autodeterminação

O governo grego, oficialmente, declara que a República da Macedônia viola o direito à autodeterminação dos greco-macedônios, por considerar que o País vizinho monopoliza seu nome. A posição mais radical sobre esse assunto sugere a não inclusão da palavra “Macedônia” no título do País vizinho. Já as visões mais moderadas admitem a adição de um qualificador ao nome da República e a sua população, de modo a ilustrar a distinção não apenas entre as duas partes, mas todos os grupos que se autoidentificam como macedônios.

81 – Mapa da região da Macedônia como percebida por separatistas. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Ethnicmacedonia.jpg>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

A forte identidade regional dos greco-macedônios foi enfatizada pelo Primeiro-Ministro grego, Kostas Karamanlis, em janeiro de 2007, durante uma reunião do Conselho da Europa em Estrasburgo. O político declarou: “eu sou um macedônio, assim como dois milhões e meio de gregos”.⁸²

Segundo o professor Danforth:

Do ponto de vista nacionalista grego, então, o uso do nome “Macedônia” pelos “eslavos de Skopje” constitui um “crime”, um “ato de plágio” contra o povo grego. Ao chamar-se “macedônios” os eslavos estão “roubando” um nome grego, pois eles estão “desviando” o patrimônio cultural grego, e “falsificando” a história grega. É como Evangelos Kofos, um historiador contratado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros grego, disse a um repórter estrangeiro, “é como se um ladrão houvesse entrado em minha casa e roubado minhas jóias mais preciosas - a minha história, minha cultura, minha identidade”.⁸³

Nesse sentido, cumpre mencionar que desde 2006 e, especialmente, após a Macedônia não ter sido convidada para integrar a OTAN em 2008, o governo de Skopje tem levado a cabo um movimento conhecido como “macedonismo antigo” ou *Antiquisation* (em macedônio: *антимукевизација*, transliterado: *Antikvizatzija*) como uma forma de colocar pressão sobre Atenas e de afirmar sua existência nacional.

Como parte desta política, o governo da República autorizou a mudança do nome do Aeroporto de Skopje, de “Petrovec” para “Aleksandar

82 – Hellenic Republic. Embassy Of Greece – Washington, DC. Karamanlis outlines Greek positions on issues affecting SE Europe during Council of Europe address. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.greekembassy.org/embassy/Content/en/Article.aspx?office=1&folder=19&article=19574>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

83 – DANFORTH, Loring M. *How can a woman give birth to one Greek and one Macedonian?* (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.gate.net/~mango/How_can_a_woman_give_birth.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

Veliki” (Alexandre Magno), em dezembro de 2006. Um arco triunfal com imagens de figuras históricas batizado de “Porta Macedônia” foi construído no centro de Skopje, isso levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros grego a apresentar uma queixa oficial às autoridades macedônias.

Uma das principais praças de Skopje foi renomeada de “Pella” (capital do antigo Reino da Macedônia), enquanto a rodovia que liga a República com a Grécia foi rebatizada como “Alexandre da Macedônia”, e o maior estádio da capital recebeu o nome de “Arena Filipe II”.⁸⁴ Em 23 de junho de 2011, o *The New York Times* noticiou sob o título “Macedônia joga-se à glória do passado”, o seguinte: “Numa exibição precisamente calibrada de engenharia política e civil, o país ergueu uma estátua de bronze de 14,6 metros de Alexandre, o Grande, com 30 toneladas, na praça central de Skopje, a capital.”⁸⁵ Um monumento ainda maior de Filipe II está em construção na outra extremidade da praça. Estátuas dos dois principais soberanos da antiga Macedônia também adornam espaços públicos em outras cidades do País, como Prilep, Štip e Bitola.

Tudo isso apenas reforça a ideia de que a República se considera a única e última defensora do nome, identidade e cultura da Macedônia antiga. Essas ações também estão enfrentando críticas por parte de acadêmicos, pois demonstram carência de arqueologia e de outras disciplinas históricas, bem como perigo de marginalização.

3.1.4. Confusão semiológica

Num contexto geográfico, o termo Macedônia se refere a uma vasta região da península balcânica que se estende por vários Estados modernos, principalmente: Grécia (Macedônia Egeia), Bulgária (Província

84 – BRUNWASSER, Matthew. *Macedonia Plays Up Past Glory*. (Tradução nossa). *The New York Times [on-line]*, New York, 23 jun. 2011. *Europe*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/06/24/world/europe/24iht-macedonia24.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

85 – *Ibidem*.

de Blagoevgrad), República da Macedônia e Albânia (em torno do Lago Ohrid).⁸⁶

O território é habitado por vários grupos étnicos, os quais são designados tecnicamente como “macedônios”, no sentido regional. A República em si possui uma minoria étnica substancial (25,2%) de albaneses, que são “macedônios” tanto no sentido regional como legalmente em virtude da Constituição do País, embora não costumem ser designados (ou referirem-se a si mesmos) como tal.

A posição grega sugere que a monopolização do nome da República e de seus nacionais cria uma confusão semiológica, pois dificulta o emprego adequado das palavras “Macedônia”, “macedônios” e “língua macedônia”. Os greco-macedônios que habitam a planície macedônica demonstram uma forte identidade regional e costumam se apresentar como “macedônios”. A mesma referência é utilizada para definir a língua falada na região, uma espécie de dialeto do grego moderno.

3.2. Posição Eslavo-Macedônia

3.2.1. Autodeterminação e autoidentificação

Para o governo da República a preservação de seu nome constitucional, tanto para o uso doméstico, como internacional, é de extrema importância. Skopje afirma que não reivindica o uso exclusivo do termo “Macedônia”, quer no sentido geográfico, quer no sentido histórico.

Os habitantes da Macedônia são esmagadoramente contra a mudança de nomenclatura do País. Uma pesquisa de opinião pública realizada em junho de 2007 apurou que 77% da população era contra a alteração do nome constitucional do País.⁸⁷

86 – *Macedonia Terminology*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(terminology\)#cite_note-0](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(terminology)#cite_note-0)>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

87 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

A Macedônia afirma a ocorrência de violação do seu direito à autodeterminação por parte da Grécia, que rejeita seu nome próprio perante a comunidade internacional.

A Academia Macedônia de Artes e Ciências enfatiza que:

E os atuais eslavos estão vivendo lá (Macedônia) por um período de 1400 anos. É muito natural que os eslavos balcanizados que têm vivido continuamente na Macedônia sejam chamados de macedônios e sua língua de “macedônica”.⁸⁸

Em outras palavras, uma vez que os povos eslavos habitam o território da Macedônia (atual República) a mais de mil anos têm o direito legítimo e incontestável de serem reconhecidos como nação macedônia e o idioma falado pelos seus integrantes como macedônio.

3.2.2. Perspectiva histórica

Dentro de uma perspectiva histórica, acadêmicos da Macedônia contestam a pretensão da Grécia de ter posse exclusiva de um reino antigo (o Reino da Macedônia) o qual, segundo eles, não era grego, pois estudos históricos propõem a existência de um considerável grau de distanciamento político e cultural entre os gregos e os antigos macedônios. Essa visão se contrasta àquela defendida pelos pesquisadores gregos, que apontam para evidências históricas que comprovam que os antigos macedônios eram identificados como gregos e falantes da língua grega.

A reivindicação dos eslavo-macedônios pela continuidade com a Macedônia antiga baseia-se na tese de que a população daquele reino teria se miscigenado com os invasores eslavos quando de seu estabelecimento na região nos séculos VI e VII, sem abdicar do nome Macedônia e elementos de sua cultura e tradição.

88 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

Ao mesmo tempo, convém observar que na sua extensão “clássica” durante o reinado de Filipe II, o Reino da Macedônia abrangia a região centro-sul da moderna República, conforme atestam as ruínas helênicas hoje existentes em Bitola (Heraklea Lynkestis), Ohrid (Lychnidos), Gradsko (Stobi), etc. Ademais, em 146 a. C., os romanos estabeleceram uma província ao norte da Grécia a partir da antiga Macedônia, com a adição de Épiro, Tessália e partes da Ilíria, Peônia e Trácia sob o nome Macedônia, ou seja, uma área administrativa ainda maior para a aplicação da terminologia. Isso comprova que a palavra “Macedônia” como referência geográfica e política, não se restringe à área que hoje é reclamada pelos gregos.

A tese de legitimação também contempla o argumento de que grande parte da Macedônia grega de hoje só foi totalmente helenizada através de ações políticas e militares dos tempos modernos. Desde a divisão da Macedônia em 1913, a Grécia orquestrou uma severa política de “helenização” da população local, marcada pela mudança forçada de nomes, filiação religiosa, escritos de igrejas, afrescos e sepulturas para o idioma grego.⁸⁹ No período de governo do Primeiro-Ministro grego Ioannis Metaxas (1936-1941), muitos macedônios foram deportados ou torturados por declararem sua origem étnica.⁹⁰

Os eslavo-macedônios entendem, portanto, que possuem uma reivindicação mais legítima sobre o uso do nome “Macedônia” do que os greco-macedônios que, na sua visão, descendem de imigrantes gregos e/ou refugiados que se estabeleceram na Macedônia procedentes de regiões como Anatólia, Trácia e Épiro, durante o século XX.

89 – MILOSOSKI, Antonio. *About the Hellenization of Southern (Aegean) Macedonia – A Review of ‘Fields of Wheath, Hills of Blood’*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.pollitecon.com/html/life/hellenization_of_aegean_macedonia.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

90 – *Macedonia Naming Dispute*. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

Conclusão

A relação da Macedônia com seus vizinhos balcânicos é extremamente complexa. Os cidadãos da Bulgária veem os macedônios como búlgaros com sotaques. A Sérvia costuma considerar o País como a “Sérvia do Sul”. Os gregos acusam o Estado de nada menos do que roubar seu nome, história e símbolos nacionais.

Desde o nascimento da República, em 1991, a Grécia acusa o País de reivindicar parcela de seu território e de tentar separar a antiga civilização macedônia da cultura helênica. Como resultado, a República da Macedônia emendou sua Constituição e modificou sua bandeira. Mesmo assim, a questão continuou sem solução.

Como consequência da oposição grega ao reconhecimento da Macedônia por seu nome constitucional, quando os representantes de Skopje tomaram seus assentos nas Nações Unidas, depois de certo atraso em 1993, sentaram-se atrás de uma placa de identificação com a referência de “Antiga República Iugoslava da Macedônia”. Esse arranjo provisório mantém-se em vigor na ONU e em outras organizações internacionais, para grande descontentamento da Macedônia.

As tentativas por parte da Macedônia de persuadir as organizações internacionais a abandonar a referência provisória tiveram um sucesso limitado. Um exemplo recente (2008) foi a rejeição, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de um projeto de substituição da referência provisória pelo nome constitucional nos documentos da organização.

A controvérsia advinda do nome contribuiu para que a ONU iniciasse em 2005 um processo de negociações para solucionar o desacordo entre os dois países, que incluiu a apresentação de diversas propostas pelo diplomata americano Matthew Nimetz. Todavia, observamos que a situação não parecia oferecer nenhuma alternativa consensual, visto que ambos os lados não conseguiam resolver suas diferenças, o que resultara no fracasso das negociações. Presentemente, as conversações diplomáticas para se definir o nome da ex-república iugoslava estão suspensas.

Mas quando se tratar de aderir à OTAN e à UE, a Grécia como um membro de ambos, tem o poder de veto. Inicialmente, a Aliança Atlântica considerou o ingresso da Croácia, Albânia e Macedônia à organização. Entretanto, um convite não foi estendido à Macedônia durante a Cúpula de Bucareste 2008. Esse incidente levou a República a apresentar queixa à Corte Internacional de Justiça em Haia, nos Países Baixos, em novembro de 2008, sob o argumento de que a Grécia lesou o Acordo Provisório assinado em 1995 sob a mediação das Nações Unidas. Em dezembro de 2011, o Tribunal Internacional julgou em favor de Skopje. Contudo, a referida decisão não produziu efeitos práticos já que o futuro do País na OTAN e UE permanece incerto.

Em permanente disputa com a Grécia, a Macedônia promove uma campanha de construção da identidade nacional conhecida como “*Antiquisation*”. Os adeptos deste movimento alegam que os macedônios étnicos não estão relacionados com os eslavos, mas são descendentes diretos dos macedônios antigos, que segundo eles, não eram gregos. Não se trata meramente de uma questão filosófica. O vínculo com um herói histórico como Alexandre Magno ajuda a levantar a autoestima de um povo que acredita ter sido marginalizado por séculos. Contudo, essas iniciativas têm reduzido não apenas as chances de um acordo com a Grécia, como também a simpatia internacional em prol da Macedônia na disputa sobre o nome.

Nada obstante, a República entende que já se inclinou o suficiente ao alterar a sua bandeira e dar nova redação a determinados artigos de sua Constituição, para especificar que não havia nenhuma aspiração territorial contra qualquer país adjacente, nomeadamente a Grécia. Entretanto, a República Helênica não está convencida sobre as garantias ofertadas por seu semelhante que, segundo ela, promove ações nacionalistas e separatistas intimamente associadas à questão da nomenclatura.

Por fim, concluímos que a disputa sobre o nome da Macedônia não se trata de um tema secundário, pois envolve importantes contextos políticos e históricos. É factível que uma proposta nunca seja completamente aceita por ambas as partes, mas a possibilidade de encontrar uma

solução final que satisfaça os interesses nacionais dos dois países não está descartada. Contudo, é indiscutível que o nome oficial do País, aceito por toda a comunidade internacional, irá marcar a rota para a resolução de questões regionais e o acesso a diversas organizações.

Referências

- BAKOYANNIS, Dora. *All in a Name*. (Tradução nossa). *The Wall Street Journal [on-line]*, New York, 1 abr. 2008. *Opinion*. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB120701620662579369.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.
- BBC, Agência. *Greece considers Macedonia name*. (Tradução nossa). *BBC News [on-line]*, London, 8 apr. 2005. *Europe*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4425249.stm>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.
- BBC, Agência. *Macedonia profile: Timeline*. (Tradução nossa). *BBC News [on-line]*, London, 29 mar. 2012. *Europe*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-17553072>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.
- BETHLEHEM, Daniel L.; WELLER, Marc. *The 'Yugoslav' Crisis in International Law*. (Tradução nossa). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- BRASIL, Decreto n. 2.857, de 7 de dezembro de 1998, cria a Embaixada do Brasil em Skopje, República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sófia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília – DF, 8 de dezembro de 1998.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Macedônia*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/cerimonial/corpo-diplomatico/lista/m/macedonia>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.
- BRENER, Jayme. *Os Bálcãs: história e crise*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- BROWN, Keith. *The Past in Question: Modern Macedonia and the Uncertainties of Nation*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- BRUNWASSER, Matthew. *Macedonia Plays Up Past Glory*. (Tradução nossa). *The New York Times [on-line]*, New York, 23 jun. 2011. *Europe*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/06/24/world/europe/24iht-macedonia24.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

BULGARIA (THEME). (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bulgaria_%28theme%29>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

DANFORTH, Loring M. *How can a woman give birth to one Greek and one Macedonian?* (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.gate.net/~mango/How_can_a_woman_give_birth.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

EUROPEAN PARLIAMENT. *Recognition of States – Annex 2: Declaration on Yugoslavia (Extraordinary EPC Ministerial Meeting, Brussels, 16 December 1991)*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://207.57.19.226/journal/Vol4/No1/art7.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

EUROPEAN PARLIAMENT. *European Council in Lisbon, 26/27 June 1992: Conclusions of the Presidency, Annex II*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/lisbon/li2_en.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

GALLAGHER, Tom. *The Balkans in the New Millennium: In the Shadow of War and Peace*. (Tradução nossa). London: Routledge, 2005.

GIANNES, Koliopoulos; VEREMES, Thanos. *Greece: The Modern Sequel: from 1831 to the Present*. (Tradução nossa). London: C. Hurst, 2002.

HELLENIC REPUBLIC. EMBASSY OF GREECE – WASHINGTON, DC. *Answer of FM Ms. D. Bakoyannis regarding the FYROM name issue*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.greekembassy.org/Embassy/content/en/Article.aspx?office=1&folder=24&article=18371>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

HELLENIC REPUBLIC. EMBASSY OF GREECE – WASHINGTON, DC. *Karamanlis outlines Greek positions on issues affecting SE Europe during Council of Europe address*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.greekembassy.org/embassy/Content/en/Article.aspx?office=1&folder=19&article=19574>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

HELLENIC REPUBLIC. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *FYROM Name Issue*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www2.mfa.gr/www.mfa.gr/en-US/Policy/Geographic+Regions/South-Eastern+Europe/Balkans/>>

Bilateral+Relations/FYROM/FYROM++THE+NAME+ISSUE.htm>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

HISTORY OF THE REPUBLIC OF MACEDONIA. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_the_Republic_of_Macedonia>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *Conclusion of the public hearings - Court to begin its deliberation*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/16388.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *The Court finds that Greece, by objecting to the admission of the former Yugoslav Republic of Macedonia to NATO, has breached its obligation under Article 11, paragraph 1, of the Interim Accord of 13 September 1995*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/16841.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. *The former Yugoslav Republic of Macedonia institutes proceedings against Greece for a violation of Article 11 of the Interim Accord of 13 September 1995*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/142/14881.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

JEFFRIES, Ian. *The Former Yugoslavia at the Turn of the Twenty-first Century*. (Tradução nossa). London: Routledge, 2003.

KIRBY, Paul. *Two countries at odds over a name*. (Tradução nossa). BBC News [on-line], London, 6 mar. 2008. Europe. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7278023.stm>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

LEWIS, Paul. *Compromise Likely to Take Macedonia Into U. N.* (Tradução nossa). The New York Times [on-line], New York, 26 jan. 1993. World. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1993/01/26/world/compromise-likely-to-take-macedonia-into-un.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

MACEDONIA NAMING DISPUTE. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_naming_

dispute#cite_note-39>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

MACEDONIA (ROMAN PROVINCE). (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(Roman_province\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(Roman_province))>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

MACEDONIA (REGION). (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(region\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(region))>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

MACEDONIA TERMINOLOGY. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_\(terminology\)#cite_note-0](http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_(terminology)#cite_note-0)>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

MACEDONIA (THEME). (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2013. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Macedonia_%28theme%29>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

MACEDONIAN NEGOTIATOR MEETS NIMETZ. (Tradução nossa). Disponível em: <http://macedoniadaily.blogspot.com.br/2009_08_01_archive.html>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

MAPA DA REGIÃO DA MACEDÔNIA COMO PERCEBIDA POR SEPARATISTAS. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Ethnicmacedonia.jpg>>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

MAPA DA REGIÃO DO CONFLITO ENTRE GRÉCIA E REPÚBLICA DA MACEDÔNIA. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/1737425.stm>>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

MAPA DO REINO DA MACEDÔNIA AS VÉSPERAS DA SEGUNDA GUERRA MACEDÔNIA, EM 200 A. C. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Macedonia_and_the_Aegean_World_c.200.png>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

MILOSOSKI, Antonio. *About the Hellenization of Southern (Aegean) Macedonia – A Review of ‘Fields of Wheath, Hills of Blood’*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.pollitecon.com/html/life/hellenization_of_aegean_macedonia.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

NICHOLOV, Bill. *The Name Dispute*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.makedonija.info/info.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

A Disputa sobre o Nome da Macedônia: a oposição da Grécia ao reconhecimento do nome constitucional da República da Macedônia

NIKOLOVSKI, Zoran. *Envoy Nimetz proposes "Republic of Northern Macedonia" in name dispute*. (Tradução nossa). *Southeast European Times [on-line]*, Skopje, 10 oct. 2010. *Foreign relations*. Disponível em: <http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2008/10/10/feature-02>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. *Bucharest Summit Declaration*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

OLIC, Nelson Bacic. *A desintegração do Leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993.

POULTON, Hugh. *Who are the Macedonians?* London: C. Hurst & Co., 1995.

QUETTEVILLE, Harry de. *Macedonia row overshadows NATO summit*. (Tradução nossa). *The Telegraph [on-line]*, London, 2 apr. 2008. *World*. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1583685/Macedonia-row-overshadows-NATO-summit.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

RAMCHARAN, Bertrand G. *The International Conference on the former Yugoslavia: Official papers*. (Tradução nossa). Hague: C. Kluwer Law International, 1997.

REPUBLIC OF MACEDONIA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Interim Accord Macedonia-Greece, 1995*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://mfa.neotel.net.mk/default1.aspx?ItemID=394>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

REPUBLIC OF MACEDONIA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Republic of Macedonia established Diplomatic Relations with Republic of Namibia under constitutional name*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://www.mfa.gov.mk/?q=node/452&language=en-gb>>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

ROSSOS, Andrew. *The British Foreign Office and Macedonian National Identity, 1918-1941*. Disponível em: <<http://www.maknews.com/html/arti->

cles/rossos/rossos1_print.html>. Acesso em: 29 de maio de 2012.

SOARES, Jurandir. *Iugoslávia: guerra civil e desintegração*. Porto Alegre: Novo século, 1999.

SOL DE VERGINA. In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sol_de_Vergina>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

TITCHENER, Frances B.; MORTON, Richard F. *The eye expanded: life and the arts in Greco-Roman antiquity*. (Tradução nossa). Berkeley: University of California Press, 1999.

TRAN, Mark. *Macedonia walks out of Nato talks*. (Tradução nossa). *The Guardian [on-line]*, London, 3 apr. 2008. *World news*. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2008/apr/03/nato.ukraine>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

UNITED NATIONS. *Repertoire of the Practice of the Security Council Twelfth Supplement 1993-1995*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.un.org/fr/sc/repertoire/93-95/93-95_7.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 817 (1993)*. (Tradução nossa). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/203/74/IMG/N9320374.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

WALBRIDGE, Nicholas. *In the Name of the State: The interminable naming dispute over Macedonia is now before the ICJ*. (Tradução nossa). Disponível em: <http://www.haguejusticeportal.net/Docs/Commentaries%20PDF/Walbridge_Macedonia_2_EN.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. *A descoberta da liberdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VILÂYET. (Tradução nossa). In: Wikipedia, 2012. Disponível em: <<http://de.wikipedia.org/wiki/Vil%C3%A2yet>>. Acesso em: 29 de maio de 2012.